



GERAL.

Novo relatório levanta suspeita de assassinato de Juscelino Kubitschek durante a ditadura militar

Documento da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos volta a discutir as circunstâncias da morte de Juscelino Kubitschek e levanta novas hipóteses sobre o caso

A divulgação de um novo relatório produzido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos voltou a colocar em debate um dos episódios mais discutidos da história política brasileira: a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O documento, elaborado após anos de reanálise técnica e histórica, sustenta a possibilidade de que JK não tenha morrido em um acidente de trânsito,

como apontaram investigações anteriores, mas sim em uma ação planejada durante o regime militar.

A documentação reúne milhares de páginas com análises periciais, depoimentos, registros históricos e novos pareceres técnicos. O conteúdo ainda depende de aprovação formal dentro da comissão, mas já provocou repercussão entre historiadores, juristas e pesquisadores dedicados ao estudo

do período da ditadura.

Segundo os responsáveis pela investigação, diversos elementos do caso apresentaram inconsistências ao longo das últimas décadas. Entre os principais pontos analisados estão laudos periciais, fotografias da época, depoimentos de testemunhas e reconstituições técnicas sobre o acidente ocorrido em 22 de agosto de 1976.

JK viajava pela

Rodovia Presidente Dutra em um veículo conduzido por seu motorista quando o automóvel atravessou o canteiro central e colidiu frontalmente com uma carreta. A versão oficial da época concluiu que se tratava de um acidente de trânsito sem interferência externa.

O novo relatório, no entanto, afirma que algumas circunstâncias ainda não foram plenamente esclarecidas. Entre elas estão a

ausência de marcas de frenagem, divergências entre depoimentos e a inexistência de investigação aprofundada sobre possível sabotagem mecânica.

Juscelino Kubitschek governou o país entre 1956 e 1961 e marcou sua gestão por projetos de modernização econômica e pela construção de Brasília. Após o golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados e passou a ser visto como

uma liderança de forte apelo popular, capaz de influenciar movimentos pela redemocratização.

Pesquisadores apontam que sua popularidade e capacidade de articulação política fizeram com que seu nome continuasse relevante mesmo fora do poder, alimentando discussões históricas sobre possíveis motivações políticas envolvendo sua morte.

JORNAL DA FRONTEIRA

SERIEDADE E CREDIBILIDADE
Sissemestral - torça e quinta
3.000 exemplares por edição.

RCO COMUNICAÇÕES LTDA - Fundação: 19/02/1993.
CNPJ nº 68.821.735/0001-10 - Barracão - Paraná
CNPJ nº 68.821.735/0002-09 - Dionísio Cerqueira - Santa Catarina
Telefone/WhatsApp: (49) 3644 - 1724 / (49) 9.8409-0431

ANUNCIE NO JORNAL NOS PROGRAMAS OU NOS MEIOS DIGITAIS (49) 3644 - 1724

E-mail Geral
jornaldafrenteiranoticias@gmail.com
(Para assuntos de redação, jornais, conteúdos, publicações em PDF e nos meios digitais)

E-mail Administrativo
diretor@jornaldafrenteira.com.br
(Para assuntos administrativos, contratos e jurídicos)

E-mail Comercial
comercial@jornaldafrenteira.com.br
(Para assuntos comerciais, equipamentos e financeiros)

E-mail Editais
atosoficiais@hotmail.com
(Para assuntos sobre atos oficiais e publicações de editais)

Diretor Executivo:
Luiz C. Veroneze
(MTB 9830/PR)

Diretora Comercial:
Tatiane Montagner

IMPRENSA OFICIAL
DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Publicação de atos oficiais, editais, decretos, avisos de licitações, súmulas, atas, desmembramentos e outras publicações legais.

RCO COMUNICAÇÕES LTDA - Fundação: 19/02/1993 - CNPJs: nº 68.821.735/0001-10 | nº 68.821.735/0002-09
atosoficiais@hotmail.com - artes@jornaldafrenteira.com.br

ASSINATURAS ICP-BRASIL
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Publicidade Legal: É um ato técnico/obrigatório. Publica-se editais, atas e balanços para atender à lei, evitando multas e garantindo conformidade.